



4333 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT08 - Formação de Professores

Caminhos em Construção: relato das experiências do I encontro de educação do campo do município de Jiquiriça ? BA
Edilene Jesus Souza Santana Souza -

Resumo

Reconhecer a especificidade da educação do campo é buscar equacionar os anos de negação e esquecimento vividos pelos sujeitos do campo. Esse trabalho relata as experiências vividas e compartilhadas durante a promoção desse encontro, fruto de um projeto de pesquisa-ação realizada no município de Jiquiriça, sendo requisito para obtenção do título em especialista em Educação do Campo. Como objetivo o encontro buscou compreender os desafios e possibilidades vivenciadas pelos educadores do município. A realização do encontro se justificou uma vez que, foi fruto de ações que podem fortalecer o processo de ensino e aprendizagem nas escolas do campo do município. A realização do encontro proporcionou o debate sobre os princípios, diretrizes, desafios e marcos regulatório da política nacional de educação do campo e sua formulação e promoção no contexto do município de Jiquiriça e dos sujeitos do campo, superando o olhar estereotipado e promovendo coletivos que estabeleçam novos caminhos para essa construção.

Palavra Chave: Educação do Campo. Encontro. Formação.

Introdução

Construir um novo olhar acerca da Educação do Campo é investigar a consciência social do seu sujeito, compreendendo-a como uma ação coletiva de intervenção e reflexão que deve respeitar as singularidades, celebrar a sua cultura na diversidade e dimensão que a compõe. Assim, essa é a grande justificativa para a construção de espaço de discussões que fomentem as especificidades dessa realidade.

Para Fernandes (2005), o conceito de Educação do Campo significa o direito de pensar o mundo a partir de seu próprio mundo, através da problematização das condições subjetivas e materiais que ensejam a transformação social da realidade campesina. São essas as premissas quanto ao papel do professor no contexto da Educação do Campo, ou seja, contribuir na formação de sujeitos políticos e sociais na perspectiva de conhecer, intervir e transformar o espaço em suas variadas escalas de atuação.

Assim sendo este artigo aborda três pontos relevantes de serem trados em um primeiro momento traz uma abordagem com sobre o conceito dos principais estudiosos sobre o tema, em seguida apresenta como ocorreu o desenvolvimento do encontro, logo após apresenta dados da aplicação de questionário para os participantes do encontro e por fim os resultados finais.

Desenvolvimento

Os seminários e encontros estaduais tem sido outra ferramenta que tem contribuído para o fortalecimento das discussões sobre esse tema, entretanto a concretização dessa modalidade em alguns municípios brasileiro ainda é um sonho que não saiu do papel, embora a Lei de Diretrizes de 1996 já deixa garantido que nas escolas do campo, independente se são escolas especializadas ou não, deve se considera as especificidades locais.

A educação formal tradicional é bem diferente da vivência cotidiana de quem mora no campo, as escolas agrícolas são uma forma de ruptura com a ideia semeada na sociedade brasileira desde o período da colonização, pois acreditavam que educação é um privilégio para poucos e aqueles que vivem na zona rural não precisavam de educação formal, o conhecimento formal era benéfico para as pessoas da cidade. Nesse sentido Leite afirma (1999, p. 14):

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: "gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade".

Conforme a citação acima, acreditavam-se que aqueles que viviam no campo não necessita dos conhecimentos que devem ser adquiridos na escola. Para as comunidades rurais só restavam as escolinhas isoladas, entretanto, com o passar do tempo e a migração das pessoas do campo para as cidades em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida começou a se pensar em uma educação voltada para essa realidade visto, que pudesse atender as necessidades de quem vive do que produzida através da terra, chegaram a "clamar por uma educação de sentido prático e utilitário, e insistia-se na necessidade de escolas adaptadas à vida rural" (Calazans, 1993, p. 17).

As escolas agrícolas passaram a ser pensada para atender além da demanda básicas como ler e escrever, bem como uma estratégia para diminuir a migração das pessoas do campo para a cidade, isso implica também, contribuir com os interesses capitalista que enxergaram uma oportunidade de lucro. Uma vez o trabalhador rural qualificado para trabalhar no meio onde vive, a sua mão de obra é bem mais barata do que contratar alguém da cidade para realizar um determinado trabalho no campo.

Embora se tenha as cidades como um espaço avançado e civilizado, os avanços e melhorias que acontecem nesses espaços não uma

realidade para todos que vivem ou passam a viver nas cidades, contudo o campo é (MANÇANO e FERNANDES apud TEIXEIRA, 2009, p. 122):

[...] lugar de vida, onde as pessoas podem morar e trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão às florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é lugar de vida e, sobretudo de educação.

Dessa forma, campo é além de um espaço de identidade cultural, um espaço em que precisa de uma educação formal, porém que esteja compatível com a realidade das pessoas que vivem nesse espaço e não uma educação que pense o campo como uma extensão da cidade. Nesse sentido, a educação do campo no Brasil ainda passa por dias difíceis, pois além dos desafios como atender o maior número de comunidade possível e a falta de profissionais qualificados, essa modalidade só teve de fato o seu marco inicial concretizado com a Lei das Diretrizes de Base de 1996 que em seu artigo 28 destaca que:

"Na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, à peculiaridade da vida rural e de cada região, especialmente: conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural, organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas, adequação à natureza do trabalho na zona rural".

Nesse sentido, deve-se pensar: o que será necessário para assegurar essas políticas? Ora, não podemos pensar na emancipação da Educação do Campo sem ouvir seus sujeitos, sem captar as escolas e o que vem acontecendo de educativo em seus movimentos, bem como não será realidade a garantia dessa formação sem a "ocupação". Arroyo (2007, p. 157) nos diz que é necessário "fazer-se presente não para receber a mesma formação, mas uma formação específica pra trabalhar no campo". Assim é necessário reivindicar e adentrar em espaços já constituídos. É inevitável o entendimento da Educação do Campo para que haja a cobrança de seus educadores por essa função não apenas nas semanas pedagógicas municipais e estaduais, mas enquanto política de formação continuada.

A EXPERIÊNCIA DO I ENCONTRO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE JQUIRIÇÁ: DIÁLOGOS, TENCIONAMENTOS, PROSPECÇÕES.

A mobilização em torno da educação do campo é uma das ferramentas que será capaz de produzir um projeto democrático que resgate e valorize a cultura do povo do campo. É possível afirmar que esses coletivos municipais, estaduais ou nacionais conseguem unir tantos os educadores como a diversidade de sujeitos que compõem a educação do campo, para juntos construir o processo pedagógico que de fato valorize a diversidade dos sujeitos que o compõe.

Esse projeto foi desenvolvido no município de Jiquiriçá – Bahia, tendo como público alvo os educadores do campo, gestores e membros das associações de moradores do campo do município e para realização desse encontro, enquanto espaço formativo e dialógico sobre o fazer pedagógico nas escolas no/do campo e a política nacional de educação do campo (marco legal). Tivemos como facilitadores das palestras professores das Universidades – Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e Instituto Federal Baiano (IFBA) que já estão engajados com essa temática.

No decorrer do encontro buscou-se discutir os princípios, diretrizes e pressupostos que delineiam a Educação do Campo, debatendo as experiências, desafios e possibilidades vividas e/ou percebidas pelos professores e gestores no tocante ao fazer Educação do Campo. Na plenária final foi exposto tanto pelos educadores como os gestores o desejo de novos encontros que possam ser trocadas experiências vividas, reflexões e caminhos que possam auxiliar a prática docente.

Após a realização do encontro foi feita uma pesquisa com 50 professores do campo da rede municipal de ensino, participantes do encontro. Através de questionário contendo 5 questões com o objetivo de compreender a relevância desse encontro no fazer pedagógico no sentido de dialogar a expansão da Educação no Campo.

Quando se questionados sobre quais os aspectos positivos e negativos considerados no Primeiro Encontro de Educação no Campo, 50 % dos pesquisados apontam Temas Relevantes, 33,33% dizem ser os Palestrantes e apenas 15% aponta a Alimentação. Nesse sentido, maioria destacou tantos os temas como os palestrantes foram pontos positivos, tornando possível lê-se nas entrelinhas de suas respostas que é por demais necessário discutirmos sobre teorias e possibilidades acerca da educação do campo.

Tais afirmações confirmam a hipótese que originou toda pesquisa, a necessidade e urgência da formação específica e continuada no município, já que o tema foi mencionado por 50% dos professores entrevistados como o ponto mais positivo do encontro.

Quanto aos pontos negativos os 56,67% dos entrevistados respondem ser Apenas um Dia e 43,33% dizem não ter identificado pontos negativos.

Nesse sentido, a próxima pergunta buscou analisar em que medida o seminário contribuiu para o fazer docente. E 60% que responderam, afirmaram que passaram a ouvir as histórias de vida e do lugar. Outros 33,33% perceberam o campo como local de concepção de educação e 6,67% como local de criação de novos saberes o que reforça que o seminário trouxe novas perspectivas de entendimento e concepção de educação como meio de transformação e valorização pessoal.

Arroyo (2004, pag.78) diz "quando situamos a escola no horizonte dos direitos temos de lembrar que os direitos representam seus direitos [...]". Por isso, a escola tem de levar em conta a história de cada educando e das lutas do campo".

Na seguinte pergunta, buscou-se saber em que medida o seminário contribuiu para o seu fazer pedagógico? Nesse sentido 6,67% apontam que o Encontro trouxe novos saberes, 33,33% dos entrevistados disseram que após Encontro foi possível reorganizar tanto o conceito quanto a prática, e 60% afirmam que depois do Encontro passaram a ouvir as histórias de vida e do lugar. Esse também foi o papel desse Encontro, questionar a prática pedagógica dos educadores, sugerir a reflexão e a ação de novos fazeres pedagógicos.

Ao serem questionados sobre O que mais lhe chamou a atenção durante o Encontro Enquanto a necessidade de repensar a prática docente pedagógica e a função da escola 43,33% apontam a urgência em ultrapassar a ideia da escola apenas como espaço de leitura e escrita, já 30% diz que é a troca de conhecimento com a comunidade, outros 16,67% dizem que após o Encontro passaram a compreender que o multisseriado não é um problema e ainda 10% respondem que passaram a dinamizar conhecimentos.

Ainda assim cabe uma pergunta: qual a função social e cultural das escolas do campo? Esse questionamento deve contribuir para alicerçar essas escolas, seu currículo e acima de tudo sua atuação na comunidade. À medida que esse questionamento se repete vai também se

redefinindo o olhar sobre a Educação do Campo, suas especificidades e sentido; quem sabe assim novos caminhos sejam de fato percorridos. Na conjuntura atual da nossa sociedade, não cabe apenas uma escola que ensine as primeiras letras no campo. A função social da escola deve ir além, ela deve estar presente nas relações de trabalho existentes no campo, na dinâmica social que os sujeitos que a compõe estão envolvidos.

Na questão seguinte, interroga-se sobre o que será necessário para concretizar mudanças na prática docente pedagógica, no fazer pedagógico? 56,67 % apontam ser a formação continuada e específica capaz de concretizar mudanças no fazer pedagógico, já 26,66% respondem que seria mais recursos para as escolas do campo e 16,67% dizem que seria a mudança do conjunto (gestores/comunidade). Esse questionamento tem um duplo sentido, de um lado ele leva os educadores a pensar nos fatores que de fato podem promover as mudanças no fazer pedagógico e por outro lado traz reflexões a cerca de um dos objetivos para o qual o Primeiro Encontro Municipal foi criado, que é também proporcionar mudanças na prática docente.

É notório quando 56, 57% dos entrevistados reconheceram que a formação continuada e específica poderá fomentar as mudanças necessárias. Não é por demais afirmar sua importância, para os educadores e para a educação municipal de modo geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como defendido ao longo deste, não se trata apenas do I Encontro de Educação no Campo de um pequeno e rural município do interior da Bahia. Não foi apenas proclamar um encontro, buscou-se o contrário, é a superação das ideias preconceituosas, bem como uma plausível tentativa de oferecer a essa merecida população o que historicamente vem sendo negado. Esse coletivo nasceu da luta dos sujeitos envolvidos no processo de pesquisa-ação, já que a história da Educação do Campo está inteiramente ligada à luta dos movimentos sociais do campo. Dessa maneira, é necessário esse reconhecimento, pois no MST a escola surge pela mobilização das famílias que lutam pelo direito à educação, a terra e a vida. Assim também deve ser a formação continuada e específica para os educadores do campo, pois a autonomia e qualificação específica do campo profissional será também um caminho para a autonomia de ensino.

Durante o encontro foi lançado o grande desafio, transformar ação e conhecimento, conhecer melhor as experiências vividas na comunidade onde a escola está inserida e assim qualificar a prática pedagógica. O próprio questionário aplicado após o encontro torna claro esse viés, pois foi notório que os educadores afirmam que após o encontro os mesmos abriram o espaço da escola para os saberes produzidos na comunidade.

Por fim, não se torna redundante afirmar que esse encontro não abriu apenas novos caminhos e ampliou práticas, mas acima de tudo trouxe o desejo de novos encontros para garantia da celebração da luta pela educação de qualidade real e digna para sujeitos do campo e sem esquecer jamais SUJEITO DE DIREITO.

REFERÊNCIAS:

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.) **Por uma educação do campo**. 5ª ED. – Petropolis, RJ, Vozes, 2011.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm>. Acesso em: 20 Mai. 2018.

CALAZANS, M.J.C. **Para compreender a educação do Estado no meio rural** traços de uma trajetória. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M.N. (Org.). Educação e escola no campo. Campinas: Papyrus, 1993.

LEITE, S.C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

TEIXEIRA, M, F. **Educação do campo e formação de educadores: o duelo entre hegemonia e resistência**. In: COUTINHO, Adelaide Ferreira (Org.). Diálogos sobre a questão da reforma agrária e as políticas de educação do campo. São Luís: EDUFMA, 2009 (Coleção Diálogos Contemporâneos, 4)